

Pedro Pita Barros 14:00

A tríade

É natural a discussão sobre como se estrutura a oferta de serviços de urgência, mas deve-se reconhecer que não há soluções perfeitas.

Pedro Pita Barros

A ocorrência (infeliz) de situações de emergência que se revelaram mortais em zonas mais remotas de Portugal relançaram a discussão sobre a dificuldade no acesso a cuidados de Saúde por parte da população portuguesa. Essa discussão intensifica-se num momento de reorganização da oferta de urgências. Este é um problema complicado, no sentido em que qualquer opção será sempre criticável.

A razão para isso está na tríade constituída pelo objectivo de atender às necessidades de Saúde da população, à procura de uma utilização racional de recursos e pela incerteza quanto ao momento e intensidade dessas necessidades.

Este último elemento de incerteza, sendo frequentemente esquecido, gera complicações na avaliação do que deve ser feito. Vejamos dois exemplos simples. Suponha-se que é sabido que em todas as noites há recurso a um serviço de urgência que justifica a presença de um médico. A implicação é então óbvia: deve-se garantir a presença desse médico. Como não há incerteza basta fazer corresponder a "oferta" à "procura" para se ter quer a satisfação das necessidades de Saúde quer uma utilização racional dos recursos.

Imaginemos agora que afinal o que ocorre é que uma vez por semana, não se sabendo qual o dia, há um recurso às urgências que exige quatro médicos para que todos os que se dirigem a esse serviço sejam atendidos, digamos, em 30 minutos, ou menos.

Será que agora a organização desejável dos serviços é ter quatro médicos no serviço de urgência, todos os dias, sabendo que em seis dos sete dias estarão desocupados? A solução de ter quatro médicos todos os dias permite responder de forma completa às necessidades de cuidados de Saúde. Contudo, gera também um desperdício de recursos. Colocar menos médicos, por outro lado, leva a dificuldades de acesso.

Estes dois exemplos são apenas ilustrações rápidas de uma característica real: como não se sabe quando existe um "pico" de necessidade, o Sistema de Saúde pode estar preparado para satisfazer a pior situação possível. Só que essa opção implica sobredimensionamento, ou seja leva forçosamente a desperdício de recursos, devido à incerteza existente quanto ao momento (e intensidade) do "pico".

A decisão "no terreno" passa por um equilíbrio entre os dois objectivos: satisfação cabal de todas as necessidades de cuidados de Saúde, em tempo adequado, e utilização racional dos recursos.

Qualquer opção neste campo é, no entanto, sempre vulnerável a críticas. Se nada acontecer, e não se registarem situações de elevado recurso aos cuidados de saúde, a acusação será a de existência de desperdício, de ineficiência e argumentos de que os recursos poderiam ser melhor gastos noutras aplicações. Se há uma situação de recurso anormal ao sistema de Saúde, então será criticada a ausência de resposta deste.

O balanço que há a fazer é claro e implica responder a uma pergunta simples: quanto desperdício de recursos estamos dispostos a aceitar para aumentar a capacidade de resposta do Sistema?

Poderá pensar-se que podemos (ou mesmo devemos) responder a esta questão. Mas curiosamente já o fazemos quando há desconforto generalizado com uma prática que marque todas as consultas de uma manhã para os doentes aparecerem às 8h00. Tal garante que não há tempos "mortos" por parte do médico, embora a um "custo de espera" para os doentes. Mas não se defende a marcação de duas em duas horas, e seis vezes mais médicos, para ter a certeza de atendimento imediato.

Na presença de incerteza sobre o momento e intensidade da procura de serviços de Saúde, pretender alcançar simultaneamente os dois objectivos na sua totalidade não é possível.

Acresce que frequentemente se tem o problema de os benefícios estarem concentrados (na zona geográfica onde fica instalado um novo serviço de saúde) e os custos dispersos (por toda a população), o que faz com que todos queiram sempre mais.

É natural, por isso, a discussão sobre como se estrutura a oferta de serviços de urgência, mas deve-se reconhecer que não há soluções perfeitas. Resta sabermos encontrar o ponto de equilíbrio entre objectivos conflitantes.

ppbarros@fe.unl.pt

Pedro Pita Barros, Economista

[Imprimir artigo](#)